



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

L E I n° 3.351/2013

Data : 07 de novembro de 2013.

Súmula: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Polo Presencial da Universidade Aberta do Brasil no Município de Bandeirantes(PR), instituído pela Lei Municipal n° 3.333/2013, de 22/08/2013 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal do Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil no Município de Bandeirantes, organizado na forma de órgão colegiado, com atribuições deliberativas, com a finalidade de acompanhar a implementação e execução das atividades do Polo de Apoio Presencial vinculando ao Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB/CAPES/MEC, de forma a garantir a qualidade do ensino superior ofertado no município.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 2º - O Conselho Municipal do Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil no Município de Bandeirantes é constituído pelos seguintes membros:

I – O Coordenador do Polo;

II – Um representante do departamento Municipal de Ensino, indicado pelo Poder Executivo;

III – Um representante de pelo menos uma das IES que oferecem os cursos no Polo;

IV- Presidente do Conselho Municipal de Educação;

V- Um representante da sociedade civil, indicado pela Câmara de Vereadores;

VI- Um representante dos alunos indicado pelos tutores presenciais;

VII- Um representante dos Tutores presenciais atuantes no Polo.

§ 1º - A cada membro titular corresponde um suplente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º - Os membros titulares e suplentes, exceto o coordenador do Polo possuem mandato de dois anos, podendo haver uma única recondução para mandato subsequente.

§ 3º - Cabe ao membro suplente completar o mandato do titular e substituí-lo em suas ausências e impedimentos.

§ 4º - O presidente e o vice-presidente do conselho são eleitos pelos conselheiros, com obtenção de maioria simples dos votos para um mandato de dois anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 5º - O presidente deve nomear um secretário para auxiliar nas reuniões e demais atividades do Conselho.

§ 6º - Perde o mandato o membro do Conselho que faltar a 4 (quatro) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas durante o ano letivo, exceto o representante das IES que oferecem cursos no polo.

Art. 3º - O suplente substitui o titular do Conselho nos casos de afastamento temporários ou eventuais do membro titular, e assume a vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

- I – Desligamento por motivos particulares;
- II – Falecimento ou doença transitória de membro titular;

§ 1º - Na hipótese em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deve indicar novo suplente.

§ 2º - Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo, a instituição ou segmento responsável pela indicação deve indicar novo titular e novo suplente para o Conselho.

§ 3º - Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho incorrer na situação de afastamento definitivo, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA

Art. 4º - Compete ao Conselho do Polo de Apoio Presencial:

- I - Acompanhar e apoiar o desenvolvimento das atividades realizadas no Polo;
- II - Requerer junto ao Poder Executivo Municipal e/ou Estadual, a infraestrutura e as condições materiais necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades do Polo, observando-se as orientações prescritas no Edital de Seleção do Polo, os resultados das avaliações de monitoramento e as normativas da UAB/MEC;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- III - Participar junto as IES da elaboração da demanda de cursos de graduação e de pós-graduação que atendam as reais necessidades do município e micro região;
- IV - Subsidiar a elaboração do planejamento estratégico do Polo de Apoio Presencial;
- V - Participar da formulação das políticas e diretrizes para a implementação do Polo de Apoio Presencial, no âmbito do Município;
- VI - Apresentar propostas para elaboração do Regimento Interno do Polo observando-se as diretrizes e normativas da UAB/CAPES/MEC e do Polo observando-se as diretrizes e normativas da UAB/CAPES/MEC e dos cursos;
- VII - Manter, se necessário, intercâmbio com os responsáveis institucionais, IES atuantes no Polo e UAB/CAPES/ MEC no sentido de resolver questões relativas à organizações do Polo;
- VIII - Manter e tomar decisões colegiadas, visando o bom funcionamento do Polo, de acordo com as diretrizes e normas do Sistema Universidade Aberta do Brasil, das IES ofertantes dos cursos e em conformidade com as finalidades do Polo.
- IX - Aprovar em conjunto com a instituição mantenedora o calendário acadêmico anual do Polo;
- XI- Cumprir as diretrizes da UAB/CAPES/MEC no que se refere à seleção do Coordenador de Polo;
- XII- Garantir que o Polo não seja utilizado para questões político partidária, para atividades com fins lucrativos e para outras atividades não relacionadas as ações educacionais;
- XIII- Solicitar os recursos materiais necessários para o pleno desenvolvimento das atividades do Polo, junto a prefeitura Municipal de Bandeirantes, em conformidade com o Termo de Compromisso do Edital de Seleção nº 01/2006-SEED/MEC/2006/2007;
- XIV- Examinar os registros pedagógicos e administrativos mensais relativos ao Polo de Apoio Presencial de Bandeirantes.
- XV - Buscar apoio junto ao Mantenedor no sentido de manter a infraestrutura física e de pessoal necessária ao desenvolvimento do Polo de Apoio Presencial de Bandeirantes.
- XVI - Outras atribuições decorrentes de legislação específica.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º - No prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a instalação do Conselho de Polo este deve aprovar o Regimento Interno do Polo para dar sustentabilidade às ações do Polo.

Parágrafo Único - O Regimento referido no *caput* deste artigo, depois de aprovado é remetido ao Chefe do Executivo para ser sancionado e publicado em Decreto específico.

Art. 6º - As reuniões do Conselho são realizadas bimestralmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros.

Parágrafo Único - As deliberações são tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de desempate.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Art. 7º - O Conselho atua com autonomia em suas decisões procurando atender a formação inicial e continuada de cidadãos das diversas regiões do Brasil.

Art. 8º - A atuação dos membros do Conselho:

I - Não será remunerada;

II - É considerada atividade de relevante interesse social;

Art. 9º - O Conselho reúne-se nas dependências do Polo de Apoio Presencial de Bandeirantes.

Art. 10º - O Conselho pode, sempre que julgar conveniente:

I- Requerer ao Poder Executivo cópia de documentos necessários ao desempenho de suas funções;

II- Os membros do Conselho de Polo podem sempre que julgar necessários, realizar visitas de acompanhamento para verificar desenvolvimento das atividades desenvolvidas no Polo.

Art. 11 - Até 30 (trinta) dias antes do prazo de encerramento do mandato dos conselheiros, os novos membros devem reunir os membros do Conselho, cujo mandato está encerrando, para transferência de documentos e informações de interesses do Conselho.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2013.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal